

ROMANCE DA PEDRA DO REINO E A RECEPÇÃO PÓS-COLONIAL DE HOMERO

Romance da Pedra do Reino *and the Postcolonial Reception of Homer*

DOI: 10.14393/LL63-v40-2024-31

Adriane da Silva Duarte*

RESUMO: Apesar de datar da segunda metade do século XX, o *Romance da Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta*, de Ariano Suassuna, propõe uma reflexão sobre a herança colonial portuguesa tendo como propósito refundar a nação a partir da mescla entre o erudito e o popular, com destaque para a cultura mestiça do sertão nordestino. A recepção de Homero é uma das estratégias de que o autor se vale para alcançar esse objetivo. Quaderna, o narrador protagonista do romance, inicia por rivalizar com o poeta grego, a quem atribui o título de Gênio Máximo da Humanidade, mas no afã de superá-lo termina por tornar-se um Homero Brasileiro. Defendo neste artigo que o *Romance da Pedra do Reino* constitua uma recepção pós-colonial de Homero.

PALAVRAS-CHAVE: *Romance da Pedra do Reino*. Ariano Suassuna. Homero. Recepção dos Clássicos. Literatura pós-colonial.

ABSTRACT: Despite dating from the mid-20th century, Ariano Suassuna's *Romance da Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta* proposes a reflection on Portugal's colonial heritage with the aim of re-founding the country through a blend of the erudite and the popular, with an emphasis on the mestizo culture of the northeastern hinterland. The reception of Homer is one of the strategies the author uses to achieve this goal. Quaderna, the protagonist narrator of the novel, begins by rivaling the Greek poet, to whom he attributes the title of the Greatest Genius of Humanity, but in his eagerness to surpass him, he ends up becoming a Brazilian Homer. In this article, I argue that *Romance da Pedra do Reino* is a post-colonial reception of Homer.

KEYWORDS: *Romance da Pedra do Reino*. Ariano Suassuna. Homer. Classical Receptions. Postcolonial literature.

** Professora Titular de Língua e Literatura Grega na Universidade de São Paulo, bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq 1C. ORCID: 0000-0002-7133-3115. E-mail: asduarte(AT)usp.br.

1 Introdução: *Romance da Pedra do Reino* e a literatura pós-colonial brasileira

Apesar de um largo passado como colônia portuguesa, os estudos pós-coloniais não encontraram no Brasil a mesma acolhida que receberam em outros países, notadamente os anglófonos (Simão, 2021). Isso se deve a particularidades dos processos de independência sul-americanos e, especialmente, do brasileiro, que é contrastante com o que se verificou nas ex-colônias britânicas, mas também nas francesas e portuguesas na África. Em países como Índia, Argélia, Angola, em que o passado colonial ainda é recente, uma vez que a emancipação política, em geral conquistada através das armas, remonta à segunda metade do século XX, encontra-se na literatura a disposição de refletir a relação com a metrópole e contribuir para a construção de uma nova identidade nacional. Assim, as literaturas pós-coloniais devem ser entendidas como resultantes da experiência da colonização, “afirmando suas diferenças em relação aos poderes imperiais e enfatizando-as em relação às premissas estabelecidas pelo centro imperial” (Ashcroft *et al. apud* Braga, 2019, p. 31).

O caso brasileiro é ímpar em vista de dois fatores. Primeiramente, há o fato de a independência ter se dado há mais tempo, duzentos anos atrás. Ou seja, contemporaneamente não haveria sentido em buscar esse acerto de contas com o passado colonial, que teria ocorrido na produção subsequente à emancipação política. É com isso em mente que Silviano Santiago, em seu célebre ensaio de 1971 sobre o entrelugar, propõe reler a literatura romântica brasileira à luz do contexto histórico-político (2019, p. 35), colocando em segundo plano os estudos de literatura comparada, fundados na premissa de uma relação entre modelo e cópia. Em segundo lugar, e ainda mais relevante, há a constatação de que a independência marcou antes a continuidade das relações com a metrópole do que uma ruptura, uma vez que conduzida pelo príncipe regente, não havendo nada mais eloquente do que ver instalados em tronos dos dois lados do Atlântico representantes da casa de Bragança, pai e filho. Ainda mais simbólico foi, nove anos mais tarde, a abdicação de D. Pedro I para voltar a Portugal, onde sagrou-se D. Pedro IV. O primeiro imperador do Brasil, posto preservado para seu filho infante, tornou-se o vigésimo sexto rei de Portugal. É perceptível que esse arranjo favorável aos Bragança pouco mudou as estruturas de poder na nova nação, embora tenha tido impacto no imaginário.

Em vista desse contexto, entendo que o fim efetivo do período colonial, que, de certa forma, avançou pelo Império, se dá com a Proclamação da República (1889), quando os Bragança, D. Pedro II à frente, partem para o exílio europeu, sinalizando o rompimento de fato com a metrópole.¹ Creio ser esse o momento determinante para a refundação de um país realmente independente, o que cria condições para repensar o passado colonial. Outro fator importante nessa equação foi a abolição da escravidão (1888), evento que pôs fim à mais infame marca da colonização, e que abriu caminho para considerar a contribuição que os africanos trouxeram à cultura nacional.

Esse preâmbulo é necessário para propor o *Romance da Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta* (2017, 16ª edição), obra-prima de Ariano Suassuna, como um exemplar da literatura pós-colonial brasileira. É certo que foi publicado nos anos 1970, às vésperas da celebração do sesquicentenário da independência e aos cerca de oitenta anos de vida republicana. A ação do romance, contudo, se passa no início da década de 1930, apenas quarenta anos depois da Proclamação da República, e reflete o debate intelectual e artístico travado no país mirando um projeto de nação. Para tal, o acerto de contas com a herança colonial se faz bastante presente.

Nesse sentido, é exemplar a figura de Don Pedro Dinis Ferreira-Quaderna, o narrador e protagonista desse romance épico (ou epopeico, como prefere Quaderna), que reivindica para si a coroa brasileira, não através da casa real portuguesa, cujos direitos ele não reconhece,² mas por meio de seus ancestrais mestiços (cf. Reis castanhos, na citação abaixo), fundadores do reino sertanejo da Pedra do Reino, referência ao movimento sebastianista da Pedra Bonita (1835-1838). Isso é posto desde o primeiro capítulo (ou Folheto) do romance:

Isto significa que sou descendente, não daqueles reis e imperadores estrangeirados e falsificados da Casa de Bragança, mencionados com descabida insistência na *História Geral do Brasil*, de Varnhagen: mas sim dos

¹ Um indício dessa continuidade entre Portugal e Brasil durante o império está na designação da dissolução dos vínculos entre colônia e metrópole como emancipação, e não separação ou libertação. Remeto ao verbete “Emancipação”, de L. M. B. P. das Neves (2022), em que se anota a visão de que a independência brasileira seria equivalente à emancipação de um filho pelo pai, por exemplo, que não implica ruptura, mas reorganização familiar. No mesmo sentido vai a observação de L. M. Schwarcz (2022, p. 28): “Mas essa era uma emancipação singular no elenco das independências americanas que tinham gestado repúblicas e não monarquias. Além do mais, a emancipação chegava sem mudanças radicais e colocava no centro do poder um rei: um monarca português e da casa dos Braganças”.

² No romance, os imperadores brasileiros são chamados de debochados (Suassuna, 2017, p. 85), falsos (p. 103/181), impostores (p. 65/103/109/122/465/474) e usurpadores (p. 465).

legítimos e verdadeiros Reis brasileiros, os Reis castanhos e *cabras* da Pedra do Reino do Sertão, que cingiram, de uma vez para sempre, a sagrada Coroa do Brasil, de 1835 a 1838, transmitindo-a assim a seus descendentes, por herança de sangue e decreto divino. (Suassuna, 2017, p. 37)

Para além do projeto político, há o literário. Quaderna, bibliotecário em uma pequena cidade do sertão paraibano, almeja escrever um livro que lhe garanta os títulos de “Gênio da Raça Brasileira” e de “Gênio Máximo da Humanidade”, ou seja uma obra que capture, ao mesmo tempo, o espírito nacional e o universal, tirando o Brasil da periferia, de modo a projetá-lo para um lugar de destaque no centro cultural. Os dois projetos caminham juntos, uma vez que Quaderna descobre que a única forma de se tornar rei, sem arriscar a vida em guerras, é através da poesia, através da escrita ele poderia erguer o castelo do Reino e reinstalar os Quadernas no trono do Brasil (Suassuna, 2017, p. 112). E é aí que entra Homero, o gênio estrangeiro que ele deve suplantar para realizar seus planos.

2 A recepção de Homero no *Romance da Pedra do Reino*

Homero representa para Quaderna a autoridade máxima do cânone literário europeu,³ afinal, segundo as apostilhas de retórica do Seminário da Paraíba,⁴ fonte respeitada pelo narrador, o grego se destacava entre todos os poetas como “o primeiro, no tempo e na glória” (Suassuna, 2017, p. 200), de modo a fazer jus ao posto de “Gênio Máximo da Humanidade”. De início, o bibliotecário parece incrédulo diante da tarefa de bater semelhante rival, ainda mais porque a opinião comum, entre estrangeiros e brasileiros, é que o Brasil, nação jovem, habitada por um “povo superficial, à luz de um Sol por demais luminoso”, não estaria maduro para produzir um escritor de gênio. Refletindo sobre tais opiniões, Quaderna pondera:

³ Para se ter uma ideia do lugar privilegiado que ocupa o poeta grego em *Romance da Pedra do Reino*, Homero é citado nominalmente quatorze vezes, contra duas citações de Virgílio e cinco de Camões. Ele só perde, entre os escritores, para José de Alencar, referido vinte e uma vezes. Greenwood (2020, p. 532) aponta que os poemas homéricos e, notadamente a *Odisseia*, estão entre os textos mais relevantes para a literatura pós-colonial, dada a centralidade de Homero no cânone ocidental.

⁴ Quaderna retoma essa referência, com mais detalhes, no folheto (ou capítulo) XXIX, quando declara ter estudado retórica no Seminário da Paraíba através do livro *Postillas de Retórica e Gramática* (1883), de Amorim Carvalho (1850-1918), “retórico do imperador Pedro II, de modo que sua palavra não é brincadeira” (Suassuna, 2017, p. 200). O autor é mencionado oito vezes no romance, constituindo uma autoridade de poética para Quaderna.

A gente lê uma coisa dessas e fica até desanimado, julgando ser impossível a um Brasileiro ultrapassar Homero e outros conceituados gênios estrangeiros! A sorte é que, na mesma hora, o Doutor Samuel nos lembra que a conquista da América Latina “foi uma Epopeia”. Vemos que somos muito maiores do que a Grécia – aquela porquerinha de terra! – e aí descansamos o pobre coração, amargurado pelas injustiças, mas também incendiado de esperança! (Suassuna, 2017, p. 63-64)

Os clássicos foram a base da educação colonial, que, a cargo das ordens religiosas, especialmente dos jesuítas, estabeleceram um programa de estudos humanistas associado aos teológicos.⁵ Nesse quadro, de forma geral, a produção autóctone era desvalorizada, já que o objetivo era introduzir os “selvagens” no mundo da cultura, cristianizando-os e educando-os. Nem a Independência nem a Proclamação da República mudaram essa situação, uma vez que a relação de dependência econômica e cultural em relação à Europa permanecia. Daí esse sentimento de inferioridade que assola Quaderna diante dos inalcançáveis “conceituados gênios estrangeiros”, Homero à frente. Em *Romance da Pedra do Reino*, Homero é o símbolo da colonização cultural, mas é também modelo a ser emulado.

Nem tudo é desvantagem, contudo, já que, em termos territoriais, Brasil e Grécia nem se comparam. Quaderna deixa isso claro ao afirmar, em outra passagem, ser a Dórida, na Grécia, “mais ou menos equivalente, em tamanho e importância”, à fazenda de seu padrinho, a Onça Malhada, onde se criara (Suassuna, 2017, p. 177). Por outro lado, convencido de que, sendo a conquista da América Latina uma epopeia, conclui que há matéria épica em nosso país, cuja história é rica em episódios gloriosos, capazes de ser contrapostos aos narrados nos poemas homéricos.

Quaderna torna-se mais confiante quando, em debate acadêmico com seus dois mestres, Samuel e Clemente, sobre “o gênio máximo da humanidade”, é forçado a conciliar seus pareceres divergentes, numa reedição da Questão Homérica no sertão nordestino.⁶ Para Clemente, “Homero nunca existiu”, sendo “a ideia da autoria individual das obras reacionária e ultrapassada”. Na sua opinião, os dois poemas que se lhe atribuem “foram compostos aos poucos, pelo Povo, e reunidos depois pelos eruditos” (Suassuna, 2017, p. 200). Samuel discorda, defendendo que “a autoria da obra é sempre trabalho de um homem só” (Suassuna, 2017, p. 200). Porém, para ele, não cabe a Homero o título de Gênio Máximo da

⁵ Cf. Z. de A. Cardoso (2014, p. 21).

⁶ Sobre a Questão Homérica, cf. G. Frade (2017).

Humanidade por ter se valido o poeta “daquelas horríveis histórias populares”, que têm por marca a vulgaridade. Depois de escutar os mestres, Quaderna conclui:

Bem, o importante é que já estão demonstradas três teses essenciais. Primeiro, que o “Gênio da Raça” é um escritor. Segundo, que o cargo de “Gênio da Raça Brasileira” ainda está vago. E terceiro, que ainda está vago, também, o de “Gênio Máximo da Humanidade”, porque o único candidato apontado até agora, Homero, além de não existir, era grosseiro e vulgar! Tudo isso constará da nossa ata, recebendo, assim, o selo oficial e acadêmico que lhe dará certeza! (Suassuna, 2017, p. 200)

A partir dessa constatação, ele passa a planejar a obra que escreveria para que ocupasse ambos os postos almejados. Antes, porém, decide sondar Samuel e Clemente para descobrir “a receita da obra da raça”. A primeira questão que lhe ocorre diz respeito ao tema: “qual deve ser o assunto da Obra Nacional da Raça Brasileira?” (Suassuna, 2017, p. 200). Em rara coincidência, ambos os mestres respondem que deve ser o Brasil. O consenso dura pouco, contudo, já que cada qual tem uma ideia própria de como desenvolver o enredo, que, de certa forma, sugere uma (re)visão da herança colonial e antecipa um projeto de país. Na sequência, cada um vai expor seu plano para o livro máximo nacional, sendo que ambos dialogam de alguma forma com os poemas homéricos.

3 A Troia negra dos Palmares e a Marítima Odisseia de um Fidalgo Brasileiro

Antes de passar aos projetos de romance, me detenho sobre os professores de Quaderna, Samuel e Clemente. Samuel Wandernes é advogado e monarquista, identificado politicamente com a direita e simpatizante do integralismo, é ardoroso defensor da cultura erudita de matriz europeia. Não é irrelevante ressaltar que é branco e se quer fidalgo, pretendendo remontar aos invasores holandeses de Pernambuco, como indica seu sobrenome, e aos senhores de engenho (Suassuna, 2017, p. 174; 179). Clemente Hará de Ravasco Anvérsio, também advogado, filósofo e mestre-escola, é simpatizante da esquerda e ardoroso defensor do reconhecimento da contribuição das etnias negra, à qual pertence,⁷ e

⁷ Clemente é filho de pais desconhecidos, tendo sido abandonado à porta do “célebre latinista sertanejo Antônio Gomes de Arruda Barreto” (1857–1909), que o adotou e educou no colégio que mantinha na cidade de Brejo da Cruz, na Paraíba. Arruda Botelho foi educador, jornalista e advogado, casado com a tia-avó de Suassuna, tendo assumido a educação do pai do escritor, que o homenageia nessa passagem de seu romance. As condições de seu nascimento indicam que Clemente, descrito como “um negrinho, bonito, de cabelo bom”, era provavelmente filho de escravos (Suassuna, 2017, p. 172).

indígena à cultura brasileira, fundador do movimento literário o “Oncismo Negro-Tapuia do Brasil” (Suassuna, 2017, p. 46; 172). Quaderna, cuja formação é fruto desse antagonismo ideológico, procura conciliar posições contraditórias criando uma síntese particular. Vale lembrar que, além desses dois, João Melchíades Ferreira da Silva (1869-1933), o Cantador da Borborema,⁸ exerce forte influência sobre o narrador, introduzindo-o à cultura popular do cordel e das cantigas tradicionais do sertão nordestino.

Samuel e Clemente divergem fortemente em relação a que história deveriam narrar sobre o Brasil. Enquanto Samuel pretende tratar “[d]o feito dos nossos antepassados, os Conquistadores, a ‘raça de gigantes ibéricos’ que forjou o Brasil, introduzindo-nos na Cultura mediterrânea e católica” (Suassuna, 2017, p. 201), assunto que Clemente considera decadente, promotor da supremacia da raça branca e [d]o culto da propriedade privada; esse elege a mitologia negro-tapuia por prover “uma visão mítica do mundo, fecundíssima, como ponto de partida para uma Filosofia, e profundamente revolucionária do ponto de vista social pois incluía a abolição da propriedade privada” (Suassuna, 2017, p. 201).

Samuel, que se pretende um membro da elite, ainda que arruinada, defende a continuidade entre o passado colonial e o presente republicano, mediado pelos imperadores de Bragança. Para ele, o novo país que emerge com a República (um erro, uma vez que cortou de vez os laços com a corte portuguesa) deve se fundar na base da herança ibérica, sinônimo de civilização. Clemente, por outro lado, defende um acerto de contas com a metrópole, ressaltando a importância dos povos originários e diaspóricos, fruto da escravização dos africanos, para criação de uma nação diversa e igualitária.

Depois de declarar que “o ‘Gênio da Raça Brasileira’ será um homem do Povo, um descendente dos Negros e Tapuias, que, baseado nas lutas e nos mitos de seu Povo, faça disso o grande assunto nacional, tema da Obra da Raça!” (Suassuna, 2017, p. 205), como ele próprio, Clemente anuncia o tema de seu romance:

A meu ver, nesse campo, o grande assunto nacional seria a revolução dos povos do Brasil, tendo à frente o grande Povo Negro, por ser o mais humilhado e desprezado de todos! Eu escreveria um romance social e filosófico revolucionário, centralizando a ação em torno daquele que, para mim, foi o grande herói do Brasil, Zumbi, o Rei Negro da República Popular dos Palmares! O estabelecimento dessa República na pedregosa “Serra da

⁸ João Melchíades Ferreira da Silva (1869-1933), cantador e poeta de grande renome, pertence à primeira geração de cordelistas nordestinos. Suassuna faz dele personagem em seu romance, mesclando ficção e história.

Barriga” e seu assédio pelos Brancos, é um feito tão importante quanto “A Retirada dos Dez Mil” ou como a “Guerra de Troia”! Aliás, foi assim que o episódio ficou conhecido na História do Brasil, como “A Troia Negra dos Palmares”! (Suassuna, 2017, p. 210)

Note-se a analogia do fato histórico com obras da antiga Grécia, *A retirada dos Dez Mil*,⁹ como também é conhecida a *Anábasis*, de Xenofonte, e a *Ilíada*, inferida a partir da menção a Troia – Quaderna de fato entende assim, como se nota mais adiante quando denomina o relato de seu mestre de “ilíada terrestre”¹⁰ (Suassuna, 2017, p. 227). A proposta causa imediata indignação a Samuel pelo descabido de aproximar “uma ação ilustre, como o cerco de Troia, com o motim daquela negralhada desordeira dos Palmares” (Suassuna, 2017, p. 210). A que Clemente, não menos indignado, rebate:

Está vendo como é essa gente, Quaderna? Se morrem dez mil gregos numa ação, aí é ação importante, porque morreram dez mil pessoas! Mas se morrem dez mil nos Palmares, é somente um motim de desordeiros, porque não morreram dez mil “pessoas” não, morreram dez mil “negros”! (Suassuna, 2017, p. 210)

A comparação entre o cerco a Palmares e o de Troia não é nova. Ernesto Ennes, em obra que colige os documentos relativos ao Quilombo depositados na Torre do Tombo, anota que a denominação já é então tradicional na historiografia, pois que “Rocha Pita, Oliveira Martins, dr. Nina Rodrigues, Rocha Pombo e tantos outros chamaram [Palmares] a ‘Troia Negra’” (Ennes, 1938, p. 103). Tanto é assim que o próprio Ennes incorpora a referência, entre aspas, ao subtítulo de seu livro: *As guerras dos Palmares* (subsídios para a sua história). 1º volume. Domingos Jorge Velho e a “Troia negra”, 1687-1700.¹¹ As visões opostas de Clemente e Samuel sobre a propriedade da designação reeditam o longo debate historiográfico a respeito. De forma geral, pode-se contrastar a posição simpática aos

⁹ Esse é o título escolhido pelo português Aquilino Ribeiro (1885-1963) para a sua tradução da obra de Xenofonte. Isso indica que a versão de Aquilino Ribeiro é a que foi acessada por Ariano Suassuna. Agradeço ao parecerista deste artigo por esta e outras observações valiosas.

¹⁰ O adjetivo terrestre é apostro em oposição a marítimo, que qualifica a “odisseia” de Samuel. Os poemas de Homero estão grafados com minúscula inicial no romance de Suassuna tornando-se substantivos comuns, como que a indicar que Clemente e Samuel compõem à maneira da *Ilíada* e da *Odisseia* uma ilíada e uma odisseia.

¹¹ As comparações com a *Ilíada* também ocorrem em outras ocasiões em que houve cerco prolongado, como é o caso da Campanha de Canudos. Euclides da Cunha, uma grande referência para Quaderna, note-se, usa a expressão “Troia de Taipas” para referir-se ao povoado em Os Sertões. Em *Romance da Pedra do Reino*, Canudos será muitas vezes chamada de Troia, uma “Troia Brasileira” (Suassuna, 2017, p. 721-726).

rebelados de Oliveira Martins (1880), que vê no episódio heroico de resistência uma “*Ilíada*”, com a francamente negativa de Nina Rodrigues (1932), ambas, porém, influentes.¹²

Clemente, portanto, está retomando um lugar-comum historiográfico ao referir-se ao episódio como a “A Troia Negra dos Palmares”. Porém, ele não se baseia nesses historiadores oficiais, digamos, mas compõe seu relato colando retalhos das obras de três escritores nordestinos periféricos, Alfredo Brandão, Jayme de Altavila e Ulysses Brandão, que apresentam Palmares como uma florescente república e a luta dos quilombolas como heroica e anticolonial.¹³ As referências homéricas, extraídas das obras simpáticas à resistência do Quilombo, têm por objetivo engrandecer o objeto, apresentando os negros como troianos e as tropas coloniais, capitaneadas pelo bandeirante Domingos Jorge Velho, como gregos. À maneira da Troia homérica que cai, não pelas armas, mas devido à artimanha do cavalo de madeira, Palmares é invadida, não pela fraqueza de suas muralhas, mas pela traição de um de seus membros, cooptado pelos portugueses, que lhes revela uma passagem secreta que dá acesso à cidadela.

A narrativa de Clemente é claramente crítica à colonização, seja pela escravização dos africanos seja pela cruel repressão aos movimentos de resistência. Embora não acredite na existência de Homero, Clemente “faz sua narrativa baseada no autor épico”, como nota Carmo (2014, p. 170). Há duas passagens em que a elocução de Clemente remete claramente ao estilo homérico. Na primeira se emprega um símile, figura de linguagem característica da épica grega: “o exército dos brancos, como uma onda que se levanta, moveu-se, no seu grosso, em direção à estacada aberta” (Suassuna, 2017, p. 214). A outra está na descrição minuciosa das sevícias que se aplicam ao cadáver de Zumbi, que fazem recordar o ultraje do cadáver de Heitor por Aquiles na *Ilíada* (Suassuna, 2017, p. 216). Homero está a serviço da

¹² Leia-se em Martins (1880, p. 69-70): “E de todos os exemplos históricos do protesto escravo, Palmares é o mais belo, o mais heroico. É uma Troia negra, e sua história uma *Ilíada*”. Já Rodrigues (1932, p. 85) considera um feito da civilização a derrota imposta aos bárbaros escravizados pelas tropas portuguesas: “A todos os respeitos menos discutível é o serviço relevante prestado pelas armas portuguesas e coloniais, destruindo de uma vez a maior das ameaças à civilização do futuro povo brasileiro, nesse novo Haiti, refratário ao progresso e inacessível à civilização, que Palmares vitorioso teria plantado no coração do Brasil”. De modo que ele declara, quase a comemorar: “Em 1695 estava, pois, destruída a ‘Tróia negra’” – as aspas marcam a referência, algo irônica, a meu ver, a Martins, a quem remete em nota para a origem do termo. Além da obra aqui citada, Os africanos no Brasil, publicada postumamente, Nina Rodrigues escreveu um ensaio denominado “A Troia Negra”, e publicado na prestigiosa Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (T. 75, v. 125, p. 231-258, 1912), ao qual não tive acesso.

¹³ Sobre isso, cf. de Souza (2014, p. 168-169; 178). Altavila, por exemplo, usa para caracterizar Zumbi as expressões “titã negro”, “marcado homericamente”, “queda heroica”.

literatura brasileira e de um projeto de sociedade em que o negro estará inserido e valorizado.

Samuel ouve sem interromper, mas, ao final, mantém a opinião e afirma que Clemente erra porque “o fundamento do Brasil é ibérico”, daí seu assunto ser o sebastianismo, que, segundo ele, “herdamos dos Portugueses, que se abrigou aqui e que é o grande assunto nacional que pode servir de base à Obra da Raça” (Suassuna, 2017, p. 222). Como visto, Samuel é um saudosista, se não da colônia, do império, de modo que em lugar de criticar o processo colonial, ele o revisita com o intuito de celebrar a herança e sedimentar a continuidade entre Brasil e Portugal.

Já de início ele começa enaltecendo a língua portuguesa, “o mais belo de todos os idiomas”, o que lhe dá vantagem sobre todos os estrangeiros (Suassuna, 2017, p. 224). Para Quaderna essa é uma descoberta, pois “se o português é a língua mais bela e mais forte do mundo, o ‘Gênio Máximo da Humanidade’ só poderá ser alguém que escreva em português”. Essa não é uma questão secundária para as literaturas pós-coloniais, mas que quase não é discutida no Brasil em vista do apagamento sistemático das línguas originárias, apesar da influência da língua geral até o século XIX. Nas ex-colônias no Caribe e na África, por exemplo, é ponto de discussão a retomada dos idiomas de origem para expressão literária, recusando a língua do colonizador por veículo de opressão, ou o seu emprego por razões práticas, especialmente por abrir as portas do mercado editorial e conferir maior visibilidade às obras (Braga, 2019, p. 31-32). Clemente nem se coloca essa questão, mas Samuel parte da ideia de que a própria língua é parte da herança colonial e motivo de orgulho, fazendo disso parte de seu argumento.

Ao eleger o sebastianismo enquanto assunto, Samuel vai situar sua narrativa no tempo da batalha de Alcácer Quibir, em 1578, em que o exército português é derrotado pelo marroquino. O rei, D. Sebastião, é dado como morto, mas a impossibilidade de recuperar seu corpo gera a lenda de que havia sobrevivido e que retornaria disfarçado para reclamar o trono e inaugurar novo ciclo de fortunas. A lenda transplantou-se para o Brasil, inspirando a revolta de Canudos (1897) e a da Pedra Bonita (1838), que está na base do *Romance da Pedra*

do Reino, entre outros movimentos messiânicos.¹⁴ Samuel, assim como Clemente, se baseia em um relato historiográfico para compor sua narrativa, a *História do Brasil*, do Frei Vicente de Salvador (1564- c. 1636). O Frei, nascido no Brasil, anota na página inicial de sua obra: “Escrita na Bahia a 20 de dezembro de 1627”.¹⁵ É significativo que sua fonte seja brasileira, já que se trata de compor a obra-prima nacional. Igualmente relevante é que seja do tempo da colônia, que ele idealiza.

Samuel, no entanto, não vai centrar seu enredo em D. Sebastião, mas no papel que desempenhou na batalha Jorge de Albuquerque Coelho, filho de Duarte Coelho, o responsável pela capitania de Pernambuco. Nascido no Brasil, é para Samuel “aquela figura homérica de Fidalgo brasileiro”, que arrisca sua vida na travessia do Atlântico, enfrentando corsários franceses e tempestades pavorosas, para juntar-se a Dom Sebastião na campanha africana. É justamente a essa viagem acidentada que Quaderna dá o nome de “odisseia marítima” (Suassuna, 2017, p. 227). Não menos heroico é o ato de Albuquerque Coelho de ceder ao rei seu cavalo, ato que lhe custa a vida, pois aquele era a sua única forma de salvação em meio à batalha. E conclui Samuel: “e foi nesse cavalo branco do pernambucano que o rei morreu, ou melhor, se encantou, desaparecendo, ‘encobrendo-se’, para voltar um dia, com seu nome ou outro qualquer, a fim de instaurar o Quinto Império do Brasil, sonho messiânico e profético de Antônio Vieira e de outros visionários de nossa Raça” (Suassuna, 2017, p. 232).¹⁶

Um componente da glória heroica, característico das epopeias gregas, se faz presente na crônica de Samuel: a bela morte. O conceito foi sistematizado por Vernant (1978) e descreve a morte que acomete o guerreiro jovem na linha de frente do campo de batalha, enfrentando os riscos sem se esquivar. Por tal ato seria digno da memória coletiva através da poesia. É tomado de uma verve homérica que Samuel relata os instantes finais de D. Sebastião:

¹⁴ Sobre o sebastianismo no Brasil e sua presença em movimentos messiânicos, cf. F. J. G. Cabral (2022) e P. F. M. Oliveira (1996).

¹⁵ O livro pode ser consultado na íntegra em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2148.

¹⁶ Não há como passar despercebido ser a lenda de D. Sebastião um mito de retorno, assim como o de Odisseu, que todos em Ítaca julgam morto, mas que retorna, disfarçado, para premiar os que se mantiveram leais a ele e castigar os traidores. Assim, na essência, as narrativas sebastianistas se inserem no paradigma da Odisseia.

E, com as pupilas obcecadas numa ideia longínqua, as íris azuis na translucidez da estranha luz celeste da Honra e do Devaneio, Dom Sebastião, sem escutar mais acordo, crava as esporas de ouro nos ilhais do formoso cavalo branco de Dom Jorge de Albuquerque Coelho e atira-se, num último arranco desesperado, ao encontro da Morte que o imortalizará! Mas, ao alarido guerreiro, têm-se juntado muitos Mouros, muitos, que encurtam, apertam, estrangulam o terreno a este Rei de legenda, que até o derradeiro momento despede formidáveis cutiladas com sua espada de furores. Matam-lhe o cavalo. Em pé, batalha ainda. Por fim, uma espadeirada certa, vibrada ao pescoço sem gorjeira, abate-o. Por terra, crivam-no de lanças. Entre a vida e a morte, ao sentir-se varado no peito, ele, que mais preza a honra que a vida, orgulha-se de que o matem pela frente — cara ao inimigo. Morre. Na fulguração do traspasse clarividente, seu espírito, no limiar da Eternidade, deve ter visto, num esfumo de sangue em dealbo de Ouro, aquele verso que para si tantas vezes repetia, como Divisa: ‘A Morte bela sagra a vida inteira’. (Suassuna, 2017, p. 241)

Quaderna ouve com igual entusiasmo as ideias de seus mestres para a obra-prima brasileira, cada um propondo uma visão do passado colonial e um caminho para a pátria-mãe: a rejeição do projeto colonial, exemplificada pela censura à exploração da mão de obra negra e indígena de Clemente, ou o continuísmo, através da crença num retorno do Rei Encoberto de Samuel. Ambos só coincidem no substrato homérico de suas narrativas.

4 Quaderna, o Homero brasileiro

Mais uma vez, Quaderna está diante do dever de operar a síntese possível entre as visões antitéticas de seus professores. A propósito vem a seu encontro João Melchiádes, seu terceiro mestre, desprezado pelos outros pelo apreço à cultura popular e falta de educação formal. Explicado o assunto, Quaderna pede seu conselho e ouve do cantador um convite à inspiração. Dizendo-se “um filho das Musas”, declara saber que “as histórias passadas recordam a memória imortal dos antístites e antepassados, revivendo na memória do Poeta, que, depois, faz chegar ao ouvido do mais rude o toque da Memória dos tempos idos” (Suassuna, 2017, p. 244-245). Ou seja, o cantador do sertão cabe no figurino do aedo grego, de Homero, o que não passará despercebido a Quaderna. É como se ele tivesse se dado conta de que não precisava competir com Homero, mas podia tornar-se Homero, um Homero brasileiro.¹⁷

¹⁷ Homero brasileiro é alcunha que cabe bem a outra personagem citada com admiração por Quaderna, o poeta e tradutor maranhense Odorico Mendes (1799-1864), que verteu para o português a obra completa de Virgílio,

É assim que ele passará a se denominar um Epopeieta, neologismo empregado ao menos quinze vezes ao longo do romance, com o significado de poeta épico, autor de epopeias (Suassuna, 2017, p. 357). Também se considera rapsodo e diascevesta.¹⁸ Diascevestas, segundo ele:

foram os eruditos que, segundo o Professor Clemente (um dos meus mestres de Literatura), colecionaram os cantos dos rapsodos gregos, e assim, reunindo-os, fizeram *A Ilíada* e *A Odisseia*, Obras-nacionais, Castelos-sertanejos e Marcos-paraibanos daquele povo de ladrões de cavalo, ladrões de bode e vaqueiros que são os Gregos! Eu, como Poeta e autor de romances, como romancista que sou, posso me considerar Rapsodo, um Cantador, um “trovador-de-chapéu de couro”, como dizia o genial Carlos Dias Fernandes.¹⁹ Isso me outorga o título — que já assumi oficialmente, aliás —, de “O Rapsodo do Sertão”. Mas como, ao mesmo tempo, eu pretendo colecionar na minha Obra, devidamente tocados-da-bola pelo sangue e pelo fogo das pedras sertanejas, os cantos de todos os Poetas e fazedores-de-romances da Literatura Brasileira, posso me considerar também “O Diascevesta do Brasil”. Sou, portanto, além de o único escritor do mundo que é, ao mesmo tempo, Rapsodo e Diascevesta, o único homem que, sozinho, “traz em sua Obra toda uma Literatura”, como diz um dos meus livros-de-cabeceira, o *Almanaque Charadístico e Literário Luso-Brasileiro*, a respeito dos gênios-das-raças dos países estrangeiros! (Suassuna, 2017, p. 353)

A ideia é incorporar no romance que pretende escrever passagens de outras obras brasileiras, almejando a totalidade. Os poemas homéricos, tal como os concebem o narrador, eram fruto da soma de inúmeros cantos, sobrepostos, amalgamados, costurados, para evocar uma conhecida etimologia para rapsodo, o que cose canções. Quaderna fará desse o modelo para o seu romance epopeico.²⁰ E, de fato, o livro é cheio de menções e referências literárias,

denominada Virgílio Brasileiro (1858), além da *Ilíada* e da *Odisseia*, publicadas postumamente. Segundo Samuel, “quando um poeta brasileiro ou português traduz uma obra estrangeira, o original fica sendo trabalho dele”, de modo que “Manoel Odorico Mendes é o autor dos originais da *Ilíada* e da *Eneida Brasileira*: Homero e Virgílio são, apenas, os tradutores grego e latino dessas obras dele” (Suassuna, 2017, p. 624). Esse outro braço da recepção de Homero no Romance da Pedra do Reino será tratado em outra oportunidade.

¹⁸ A primeira acepção de diascevesta, no dicionário Houaiss, traz como o “crítico encarregado de compilar e rever os textos atribuídos a Homero”, a partir do grego *diaskeuastēs*, compilador ou revisor de uma obra. O uso do termo grego, contudo, é mais abrangente, designando os editores de textos antigos de forma mais ampla e não apenas os comentadores dos poemas homéricos.

¹⁹ Carlos Dias Fernandes (1874-1942), escritor e jornalista paraibano, referido de forma elogiosa por Quaderna ao longo do romance, foi autor de uma obra vasta, com destaque para os romances *A renegada* e *Os cangaceiros*.

²⁰ Como dito anteriormente, a ação do romance se passa na década de 1930, de modo que seus personagens ainda não poderiam estar familiarizados com as teorias de composição oral da poesia homérica desenvolvidas por M. Parry e A. Lord, que ganham impulso com os estudos de campo na Iugoslávia levados a cabo nesta mesma época. Sobre isso, cf. Frade (2017).

eruditas e populares, criando uma rede intertextual e enciclopédica. Ao fazer isso, Suassuna recria o cânone, colocando a literatura brasileira no seu centro.

A proximidade com Homero se faz ainda maior a partir da cegueira, ainda que transitória, que acomete o narrador após um transporte místico. Diante disso, Quaderna se consola porque “Homero também era cego”, de modo que era um sinal da providência que “não podia permitir que o ‘Gênio da Raça Brasileira’ fosse inferior, em nada, ao ‘gênio da raça grega’” (Suassuna, 2017, p. 591 e 594). Na cegueira está a confirmação de sua vocação.²¹

A presença de Homero também se nota no emprego de recursos comuns à linguagem épica, dentre os quais o mais evidente é o uso de epítetos,²² mas há também expressões formulares, catálogos, obituários mínimos,²³ evocação à musa, com a lembrança, logo na abertura do livro, da “Musa incandescente do deserto do sertão” (Suassuna, 2017, p. 31).

Quanto ao assunto, Quaderna vai se deixar influenciar tanto por Clemente quanto por Samuel, mas indiretamente. Ao declarar que sua “epopeia” será sobre a morte misteriosa de seu padrinho, Pedro Sebastião Garcia-Barreto, degolado na torre inexpugnável de sua fazenda, ele acena para Clemente e seu relato sobre a trágica morte de Zumbi, decapitado depois de ver invadida sua cidadela. Quaderna também tratará do destino do desaparecimento e retorno de Sinésio, filho caçula de Pedro Sebastião, história que remete à lenda de D. Sebastião contada por Samuel.

Não deve passar despercebido, contudo, que a história de Sinésio evoca também a *Odisseia* por se tratar de uma narrativa de retorno, em que o protagonista volta disfarçado para se vingar daqueles que lhe foram desleais. A verdade é que são várias as camadas sobrepostas para compor o enredo: Sinésio, o Alumioso, o misterioso Rapaz-do-Cavalo-Branco, revive D. Sebastião, Odisseu, Luís Carlos Prestes, cuja coluna percorria o Brasil de então, numa caracterização compósita e complexa, que remete ainda aos romances de cavalaria medievais.

²¹ Sobre a cegueira de Homero, que cedo se insinua em suas *Vidas Antigas* como sinal característico, cf. C. Werner, C. & L. G. C. Pereira (2014).

²² Como exemplo, os epítetos que Quaderna aplica a si mesmo: o Decifrador; o Astrólogo; o Charadista; o Diascevesta do Brasil; o Rapsodo do Sertão. Para outros epítetos recorrentes, cf. Carmo (2014, p. 55). Para uma apresentação da função do epíteto nos poemas homéricos, cf. Ebbott (2020).

²³ A expressão formular mais frequente é “nobres senhores e belas damas [de peitos brandos] ou [de peitos macios]”, com mais de vinte ocorrências. Quanto aos obituários e catálogos, cf. Suassuna (2017, p. 55-56/406).

5 Considerações finais

Quaderna, mesclando as lições de seus mestres, busca desenvolver um enredo em que tanto a herança ibérica quanto a dos povos originários e diaspóricos estejam representadas na sua obra capital, um romance em que celebra seus antepassados, o povo mestiço e castanho do sertão, a quem cabe refundar o Brasil a partir do Nordeste e suas tradições. Note-se que Suassuna, um dos fundadores do Movimento Armorial (1970), visava à promoção da arte e da cultura da região nordeste do Brasil, buscando a fusão entre a cultura erudita e a popular, e, sem abdicar da herança europeia do colonizador, a valorização da arte autóctone, dos povos indígenas, somada à dos africanos escravizados.

Nesse sentido, o *Romance da Pedra do Reino* pode ser entendido como um livro manifesto, uma resposta daqueles que, como bem descreveu Santiago, em artigo da mesma época, ocupam o entrelugar, situando-se “entre a submissão ao código e a agressão, entre a obediência e a rebelião, entre a assimilação e a expressão” (Santiago, 2019, p. 38-39). É nesse lugar, “aparentemente vazio”, que se “realiza o ritual antropófago da literatura latino-americana” (Santiago, 1971, p. 39). A exemplo do personagem Pierre Menard, de Borges,²⁴ cujo projeto de romance era escrever o *Quixote* de Cervantes, Santiago concebe o escritor latino-americano como um devorador de livros, cujo projeto de criação tem por base a leitura da literatura europeia. A recepção que Homero recebe em *Romance da Pedra do Reino* parece demonstrar isso, de modo que não me parece coincidência o fato de ambos os textos, o artigo de Santiago, que introduz entre nós a crítica pós-colonial, e o romance de Suassuna, serem contemporâneos. Diante da pergunta, cadê o Homero que estava aqui? A resposta: Quaderna comeu.

Agradecimentos

Este artigo é resultado de projeto de pesquisa apoiado pelo CNPq através da concessão de Bolsa de Produtividade em Pesquisa.

²⁴ O conto “Pierre Menard, autor del Quixote” foi publicado em *Ficciones*, livro de 1944.

Referências

ALTAVILLA, J. **O Quilombo dos Palmares**. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1932.

BORGES, J. L. Pierre Menard, autor del Quijote. In: **Obras Completas 1**. 4. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2023. p. 737-744.

BRAGA, C. R. V. Literatura, pós-colonialidade e descolonização cultural. In: BRAGA, C. R. V. **A literatura movente de Chimamanda Adichie: pós-colonialidade, descolonização cultural e diáspora** [online]. Brasília: Editora UnB, 2019. p. 29-77.
<https://doi.org/10.7476/9786558460534.0003>.

CABRAL, F. J. G. Serra do Rodeador. In: OLIVEIRA, C. H. de S.; PIMENTA, J. P. (org.). **Dicionário da Independência do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2022, p. 893-895.

CARDOSO, Z. de A. O percurso dos Estudos Clássicos no Brasil. **Classica – Revista Brasileira de Estudos Clássicos**, v. 27, n. 1, p. 17-36, 2014. Disponível em:
<https://revista.classica.org.br/classica/article/view/334>. Acesso em: 27 mar. 2024.

CARMO, T. P. **Jogando com os clássicos no Romance d'a pedra do reino e o príncipe do sangue do vai-e-volta**. 2014. 188 f. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em:
<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/ECAP-9N4JXB>. Acesso em: 02 jan. 2024.

CESARINO, L. M. C. da N. Brazilian Postcoloniality and South-South Cooperation: A View from Anthropology. **Portuguese Cultural Studies**, v. 4, p. 85-113, 2012. Disponível em:
<https://scholarworks.umass.edu/p/vol4/iss1/8>. Acesso em: 18 dez. 2023.

EBBOTT, M. Epithets. In: PACHE, C. O. (ed.). **The Cambridge Guide to Homer**. Cambridge: Cambridge University Press, 2020. p. 120-122.

ENNES, E. **As guerras dos Palmares** (subsídios para a sua história). 1º volume. Domingos Jorge Velho e a “Troia negra”, 1687-1700. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. Disponível em: <http://brasilianadigital.com.br/brasiana/colecao/obras/189/as-guerras-dos-palmares-subsidios-para-a-sua-historia-1-volume-domingos-jorge-velho-e-a-troia-negra-1687-1700>. Acesso em: 01 jan. 2024.

FRADE, G. Homero e a Questão Homérica. **Em Tese**, v. 23, n. 3, p. 209-236, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/emtese/article/view/12620/1125611692>. Acesso em: 29 dez. 2023.

GREENWOOD, E. Postcolonial Perceptions of Homeric Epic. In: PACHE, C. O. (ed.) **The Cambridge Guide to Homer**. Cambridge: Cambridge University Press, 2020. p. 532-535.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

MARTINS, J. P. O. **O Brasil e as colônias portuguesas**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1880. Disponível em: <https://bibliotecadigital.stf.jus.br/xmlui/handle/123456789/421>. Acesso em: 01 jan. 2024.

MENDES, M. O. **Ilíada** de Homero. Em verso português. Rio de Janeiro: Typographia Gutenberg, 1874.

MENDES, M. O. **Odysséa** de Homero. Em verso português. Rio de Janeiro: Livraria Leite Ribeiro Freitas Bastos & Cia, 1928. Disponível em: https://pt.wikisource.org/wiki/Odyss%C3%A9a_de_Homero. Acesso em: 08 abr. 2024.

MENDES, M. O. **Virgílio Brasileiro** ou Tradução do poeta latino. Paris: Remquet, 1858. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000017655&bbm/7189#page/8/mode/2up>. Acesso em: 08 abr. 2024.

NEVES, L. M. B. P. das. Emancipação. In: OLIVEIRA, C. H. de S.; PIMENTA, J. P. (org.). **Dicionário da Independência do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2022, p. 343-344.

OLIVEIRA, P. F. M. Entre Brasil e Portugal: Os Sertões e o mito sebástico. **Aletria: Revista de Estudos de Literatura**, v. 4, p. 225-239, 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/17719>. Acesso em: 27 mar. 2024

RODRIGUES, R. N. **Os africanos no Brasil** [online]. 1ª edição 1932. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/mmtct/pdf/rodrigues-9788579820106.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2024.

SALVADOR, V. do (Frei). **História do Brasil**. São Paulo; Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1918. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4515?locale=en>. Acesso em: 08 abr. 2024.

SANTIAGO, S. O entrelugar do discurso latino-americano. In: SANTIAGO, S. **35 Ensaaios**. Seleção e introdução de Ítalo Moriconi. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 21-39.

SCHWARCZ, L. M. O sequestro da independência. **Revista USP**, n. 133, p. 13-32, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/199281>. Acesso em: 27 mar. 2024.

de SOUZA, T. R. G. **A epopeia do negro brasileiro**: a produção da república dos palmares na escrita de Arthur Ramos. 2014. 248 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/19731>. Acesso em: 02 jan. 2024.

SIMÃO, L. Há literatura pós-colonial no Brasil? **Escotilha**. Cultura Diálogo e informação, 1 mar. 2021. Disponível em: <https://escotilha.com.br/literatura/ha-literatura-pos-colonial-no-brasil/>. Acesso em: 21 dez. 2023.

SUASSUNA, A. **Romance da Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta**. 16. ed; 1. ed. 1971. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

VERNANT, J.-P. A bela morte e o cadáver ultrajado. **Discurso**, n. 9, p. 31-62, 1978. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/discurso/article/view/37846>. Acesso em: 03 jan. 2024.

WERNER, C.; PEREIRA, L. G. C. Vida herodoteana de Homero: apresentação e tradução. **Classica – Revista Brasileira De Estudos Clássicos**, v. 27, n. 2, p. 271-292, 2014. Disponível em: <https://revista.classica.org.br/classica/article/view/321>. Acesso em: 27 mar. 2024.

Recebido em: 17.01.2024

Aprovado em: 26.03.2024